

PROJETO BÁSICO

Protocolo nº: 01-265.403/2023
Setor Requisitante: Gerência Financeira Administrativa e de Pessoal
Fiscal de Contrato: Davidson José Moulepes **Ramal/E-mail** 8820
dmoulepes@curitibasa.com.br
Valor Máximo: R\$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS)

Objeto:

Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de Controle de Pragas e Vetores, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do respectivo Edital, bem como as características mínimas contidas no formulário proposta eletrônica e anexos, partes integrante deste Edital, à disposição no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

Justificativa da Contratação:

Justifica-se a necessidade de contratação do referido serviço considerando as necessidades de higiene e segurança sanitária no Barracão Nova Aurora. A existência de pragas e vetores foi identificada, reiterando a demanda.

Especificação/detalhamento dos bens e/ou serviços:

ITEM 1 : Serviço de controle de pragas e vetores, desintetização e desratização e controle de pombos.

Quantidade : 1

Valor Máximo Total : R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)

Cód. SGP.: 03.03.13.47004-0

Condições Geral :

Local de Execução : Rua Nova Aurora, n.º 1851 - Barracão Nova Aurora (560,00 M²)

- 1.1. Os procedimentos deverão estar de acordo com a legislação ambiental vigente;
- 1.2. O serviço deverá ser executado nas áreas internas e externas dos endereços indicados no empenho ou contrato pela secretaria solicitante;
- 1.3. A aplicação deverá usar métodos que assegurem a eficiência do procedimento e obedecer à regulamentação específica;
- 1.4. Os produtos utilizados deverão ter registro na Anvisa e seguros para a aplicação em ambientes que são ocupados por humanos, devendo ser apresentado para fiscalização os seguintes documentos de cada produto, antes da

PROJETO BÁSICO

aplicação:

- Os Certificados de Registros dos Produtos;
 - As Fichas Técnicas e/ou de Emergência dos Produtos;
 - As Fichas de Informações de Segurança de Produtos Químicos - FISPQ.
- 1.5.** Os serviços deverão ser executados em dias e horários definidos pela contratante;
- 1.6.** Sempre que possível, os serviços deverão ser realizados com equipamentos que garantam maior produtividade, padrão de qualidade e menores impactos à saúde dos prestadores de serviços envolvidos;
- 1.7.** Em casos emergenciais, a contratante poderá alterar o cronograma de execução, comunicando previamente a contratada;
- 1.8.** A contratada deverá refazer os serviços no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da manifestação do contratante caso sejam rejeitados pela contratante. O prazo será contado a partir do recebimento do comunicado pela contratada.
- 1.9.** A contratada deverá afixar cartazes informando a realização dos serviços, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone da Unidade de Informação Toxicológica e números das licenças sanitária e ambiental;
- 1.10.** O serviço deverá ser realizado por profissionais habilitados e qualificados, os quais, deverão apresentar-se devidamente uniformizados e identificados com crachá;
- 1.11.** A empresa contratada deverá fornecer à contratante, após o término do serviço solicitado, o certificado, com no mínimo:
- Nome do cliente;
 - Endereço do imóvel;
 - Praga(s) alvo;
 - Data de execução dos serviços;
 - Prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo;
 - Grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);
 - Nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);
 - Orientações pertinentes ao serviço executado;
 - Nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente;
 - Número do telefone da Unidade da Informação Toxicológica;
 - Identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e

PROJETO BÁSICO

ambiental com seus respectivos prazos de validade;

- Laudo Técnico com Possíveis Anormalidades;
- Planilha com relação dos produtos químicos utilizados, informando os registros dos produtos, como: ANVISA, Ficha Técnica, FISPQ, Licença Ambiental de Transporte se necessário.

1.12. Caberá à Contratada o fornecimento dos produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos necessários e suficientes à eficiente execução do contrato, comprometendo-se a empregar na execução dos serviços apenas materiais de qualidade superior, ou seja, gel, pó químico, inseticida, iscas, conforme a praga e vetor a ser combatidos, devidamente reconhecidos, atestados e aprovados pelos órgãos de controle sanitários Federal, Estadual e, se for o caso, Municipal;

1.13. Todo produto utilizado deverá estar aprovado pelos órgãos públicos e ser inócuo à saúde humana, e os equipamentos, ferramentas e instrumentos deverão estar em bom estado de conservação.

1.14. Não será permitida a aplicação de produtos que causem danos aos mobiliários, aos equipamentos, instalações, caixas d'água, provoquem alergias ou sejam nocivos, sob qualquer forma, à saúde das pessoas, seja dos próprios trabalhadores, dos servidores ou dos usuários.

1.15. A contratada deverá identificar os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares do contratante.

1.16. Considerando as características específicas de cada local, a aplicação deverá ser feita de forma diferenciada e de acordo com a exigência do local e animal/inseto predominante, utilizando equipamentos em acordo com as normas do Ministério da Saúde e da Vigilância Sanitária;

1.17. Nas áreas de circulação constante de pessoas, a atenção deverá se concentrar também no tipo de produto e forma de aplicação para evitar possível intoxicação ou intolerância por parte dos usuários;

1.18. Entende-se como áreas internas os prédios (edificações) ocupados pela Administração Municipal;

1.19. Entende-se como áreas externas: as áreas verdes, praças, parques, ou outras áreas não edificadas de interesse da Administração;

Detalhamento dos serviços:

a) Desinsetização: Nos serviços de desinsetização para o controle de insetos rasteiros e voadores (baratas, muriçocas, mosquitos, cupins, traças e aracnídeos), deverão ser utilizados gel inseticida, pulverização, micropulverização e atomização. A pulverização

PROJETO BÁSICO

ou micropulverização líquida será realizada na parede completa e piso do ambiente interno e no ambiente externo a imunização pode ser realizada através de pulverização ou atomização, ambas com aspersão de inseticida em solução aquosa se baixo odor e reduzido grau tóxico com efeito desalojante, “knockdown” (choque) e residual, atuando por contato. Nas caixas de esgoto além de emprego de inseticidas líquidos será empregado pó seco; nos maquinários e equipamentos eletroeletrônicos deverá ser realizada a aplicação de gel específico para baratas e formigas. Os produtos empregados devem possuir autorização do Ministério da Saúde (MS), devendo constar ainda: nome técnico, grupo químico, classe toxicológica, composição, formulação, antídoto de tratamento, registro do MS e data de validade. Nas áreas de confecção e depósitos de alimentos deverá ser utilizado produto próprio para essas áreas que não ofereçam risco de contaminação de alimentos. Nas dependências ocupadas, os móveis precisarão ser afastados das paredes pela CONTRATANTE para melhor aplicação dos produtos.

b) Descupinização: No serviço de descupinização, deverá ser realizada a imunização do madeiramento existente no ambiente, e no caso de cupins subterrâneos, é necessário ainda a formação de barreira química em torno da edificação afetada, bem como, aplicação de pó seco na tubulação elétrica e telefônica (quadros de distribuição, caixas de passagem e tomadas). Os produtos empregados devem possuir autorização do Ministério da Saúde (MS), devendo constar ainda: nome técnico, grupo químico, classe toxicológica, composição, formulação, antídoto de tratamento, registro do MS e data de validade. Nas áreas de confecção e depósitos de alimentos deverá ser utilizado produto próprio para essas áreas que não ofereçam risco de contaminação de alimentos.

c) Desratização: Controle de roedores: No serviço de desratização para o controle de roedores é necessário que todos os produtos empregados estejam devidamente acondicionados em porta-isca, ambiente externo (porta isca cápsulas) e ambiente interno (porta isca de cola adesiva). Todos as iscas devem ser numeradas e mapeadas. Periodicamente as iscas devem ser substituídas, para que estejam sempre frescas e disponíveis aos roedores, com substituição das iscas consumidas ou deterioradas, o mesmo ocorrendo com as iscas instaladas em forro/laje e nas caixas de passagem de esgoto. Os produtos empregados (blocos parafinados ou granulados), devem possuir autorização do Ministério da Saúde (MS), devendo constar ainda: nome técnico, grupo químico, classe toxicológica, composição, formulação, antídoto de tratamento, registro do MS e data de validade. A empresa contratada deverá efetuar vedações necessárias em toda área, bem como, informar ao responsável pela contratação dos serviços quanto às medidas preventivas, necessidades de eliminação de abrigos e estocagem de produtos consumíveis, tudo para um bom andamento dos serviços. Nas áreas de confecção e depósitos de alimentos deverá ser utilizado produto próprio para essas áreas que não ofereçam risco de contaminação de alimentos. Observação: A empresa contratada não poderá empregar pó raticida.

PROJETO BÁSICO

d) Controle Biológico de pombos e morcegos: No serviço de controle biológico de morcegos e pombos, deverá ser realizada a inspeção do ambiente para avaliar o grau, tipo e local da infestação. O controle deve ser apenas de repelência, isto é, deve-se afastar e não matar o animal. A repelência deve ser feita por métodos físicos, colocando barreiras físicas e impedindo a entrada de morcegos, ou químicos, através de aplicação de produtos repelentes. Os produtos empregados devem possuir autorização do Ministério da Saúde (MS), devendo constar: nome técnico, grupo químico, classe toxicológica, composição, formulação, antídoto de tratamento, registro no MS e data de validade.

1.1. A área total considerada para cada item (1.800,00 m²), considerando-se o seu entorno, em sua área externa, parte de sua área construída, sendo que, os reforços são considerados como apenas complementos às aplicações.

1.2. Em consonância com o Inc. II, do Art., 3º da Resolução RDC nº 622, de 9 de março de 2022, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, que define o controle de vetores e pragas urbanas como conjunto de ações preventivas e corretivas de monitoramento ou aplicação, ou ambos, com periodicidade minimamente mensal, visando impedir de modo integrado que vetores e pragas urbanas se instalem ou reproduzam no ambiente, além das aplicações e reforços previstos neste Termo de Referência, prevê-se também visitas mensais, entre cada aplicação/reforço, para monitoramento dos serviços, a fim de que sejam realizadas eventuais ações preventivas e/ou

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

1. Para o devido atendimento das necessidades alvo, os serviços a serem prestados:

1.1. Deverão estar em conformidade com a legislação e todas as normas técnicas e sanitárias vigentes, considerando-se, dentre outros, os seguintes requisitos de Contratação:

1.1.1 A Contratada deverá cumprir rigorosamente todas as normas e legislação vigentes que regulam as atividade de controle de vetores e pragas urbanas (sinantrópicas), todas as normas técnicas, ambientais, trabalhistas, de saúde e segurança do trabalho vigentes, atinentes à prestação desses serviços, e, especialmente, as disposições constantes nas seguintes Normas:

1.1.1.1. Resolução Anvisa (diretoria colegiada) - RDC Nº 622, de 9 de março de 2022;

1.1.1.2. As normas ABNT NBR 15584 (Controle de vetores e pragas urbanas),

PROJETO BÁSICO

especialmente as suas partes 2: Manejo integrado e 3: Sistema de gestão da qualidade - Requisitos particulares para aplicação da ABNT NBR ISO 9001:2000 para empresas controladoras de pragas

1.1.3. A Resolução nº 384, de 12 de dezembro de 2015, do Conselho Federal de Biologia – CFBio, que dispõe sobre a atuação do Biólogo no Controle de Vetores e Pragas Sinantrópicas disciplinando-a, ao que recomenda-se à contratada o emprego desse tipo de profissional como responsável técnico dos serviços a serem contratados;

1.1.2. A empresa contratada deverá estar ainda, durante todo o período do contrato, licenciada por órgãos ou entidades regulamentadoras das empresas de controle de pragas como Anvisa, IBAMA (se for o caso), e certificada para realizar a manipulação e aplicação de desinfetantes domissanitários registrados no Ministério da Saúde e registrada junto ao órgão ambiental e sanitário municipal;

1.1.3. A manipulação e a aplicação dos produtos a serem utilizados só poderão ser efetuadas por funcionários devidamente habilitados, treinados, identificados, uniformizados e portando equipamentos de proteção individual (EPI's) adequado;

1.1.4. Havendo a utilização de agrotóxicos, seus componentes e/ou afins, estes deverão estar previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30 do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata.

2. A duração inicial do contrato é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato ou instrumento equivalente;

3. A empresa vencedora do pregão eletrônico, ou remanescente que eventualmente venha a ser convocada deverá ter expertise na prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência e possuir qualificação e capacidade técnica comprovada para tal, apresentando atestados de capacidade técnica e responsável técnico habilitado para o exercício das funções pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, devendo apresentar os registros da empresa e deste profissional junto a Órgãos fiscalizadores (CRBIO, CRQ, CRF, CRMV, ou outro(s) pertinentes aos serviços contratados).

3.1. O(s) atestado(s) de aptidão técnica deve(m) ser fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s), que comprove(m) que a empresa licitante executou serviços e está apta para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características e quantitativos com o objeto licitado.

4. A empresa contratada será a única responsável pelos deslocamentos e hospedagem de seus funcionários e representantes eventualmente empregados na prestação dos serviços, durante a vigência contratual.

PROJETO BÁSICO

5. Devem estar inclusos na(s) proposta(s) e contratação os custos de mão de obra, emprego de ferramentas, equipamentos, insumos, materiais e componentes necessários à execução dos serviços, todos à cargo da empresa Contratada.

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

1. Na presente contratação, deve ser dada prioridade à utilização de produtos reciclados e/ou recicláveis, considerando-se os critérios compatíveis com os padrões de consumo sustentáveis (artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos), devendo ser observados o Decreto nº 7.746/2012, para se estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável nas contratações realizadas pela administração pública, e a Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública, bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente,

2. Visando à efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais, a Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – CURITIBA S.A., quando da aquisição de bens e/ou contratação de serviços, poderá exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

2.1. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

2.2. Que os produtos, materiais e equipamentos a serem utilizados devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

2.3. Que os produtos a serem utilizados não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

3. Ainda para a presente contratação deve-se obedecer os critérios de sustentabilidade dispostos no Decreto nº 7.746/2012.

3.1. Considerando-se o art. 4º, do Decreto nº 7.746/2012, a contratada deverá, sempre que possível, adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução

PROJETO BÁSICO

dos serviços:

- a) utilizar materiais e processos de baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água e, em adição a esta norma, que obedecem às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, além de adotar medidas que evitem o seu derramamento no meio ambiente;
- b) preferencialmente, utilizar materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) utilizar materiais e equipamentos que proporcionem maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) empregar, preferencialmente, sempre que possível, mão de obra local;
- e) utilizar materiais e/ou equipamentos que apresentem maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) empregar o uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- g) utilizar recursos naturais de origem sustentável.

4. A contratada deverá apresentar a comprovação dos requisitos dispostos acima mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências deste Termo de Referência, conforme § 1º do art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 e art. 8º do Decreto nº 7.746/2012.

5. Selecionada a proposta, antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada, conforme § 2º do art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010.

VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, A licitante, **opcionalmente**, poderá, às suas expensas, vistoriar as instalações do Barracão Nova Aurora, executando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrerem em omissões, que não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços, acompanhado por servidor designado para esse fim.

PROJETO BÁSICO

1.1. Recomenda-se que o licitante vistorie as instalações e local de execução dos serviços, observando-se o disposto no item 2.1 deste Termo de Referência.

1.2. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

2. A vistoria poderá ser agendada e realizada em dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 11:30h e das 14:00h às 15:30h. O agendamento será exclusivamente por envio de e-mail, a visita poderá ser agendada para até o penúltimo dia útil à data fixada para a abertura da sessão pública, nos horários acima descritos.

2.1. A licitante, deverá, em todo o caso, apresentar, declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços como requisito para celebração do contrato.

Forma de Execução:

Execução Indireta

Prazo de Execução:

30 (trinta) DIAS

Cronograma de Execução:

N/A

Forma de Pagamento:

O pagamento será efetuado após a liquidação da despesa, por meio de boleto ou depósito bancário em conta corrente do CONTRATADO, até 15 (quinze) dias, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura devidamente certificada pelo setor competente, que deverá vir acompanhada do Certificado de Regularidade do FGTS-CRF, da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (pessoa jurídica), Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), bem como outras Certidões que vierem a ser obrigatórias por lei, desde que tenham correlação com o objeto, devendo ser apresentados todos esses documentos dentro dos respectivos prazos de validade.

Principais Obrigações do CONTRATADO:

PROJETO BÁSICO

- I. Manifestar-se, por escrito, ao Gestor, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e prestar esclarecimentos necessários a partir da ciência, no prazo máximo de 24 horas;
- II. Cumprir rigorosamente o objeto do presente Termo de Referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da Licitação, bem como na legislação em vigor;
- III. Entregar o objeto licitado obedecendo rigorosamente todos os itens do Termo de Referência, parte integrante deste edital;
- IV. Executar o serviço solicitado pela contratante obedecendo aos quantitativos estabelecidos, as especificações e outras informações contidas neste instrumento, sob pena de recusa do material;
- V. Aceitar que a CURITIBA S.A., se for o caso, durante o período do recebimento provisório da entrega, escolher aleatoriamente uma unidade do produto entregue e solicitar um laudo técnico deste, para verificação das especificações do edital;
- VI. Entregar o objeto adquirido dentro das especificações relatadas neste Termo, estando ciente de que os materiais somente serão recebidos se estiverem de acordo com o solicitado;
- VII. Cumprir todos os prazos tratados neste instrumento;
- VIII. Assumir integral e exclusivamente toda a responsabilidade no que diz respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e todos os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto deste instrumento;
- IX. Assumir integral responsabilidade pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços contratados, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos;
- X. Responsabilizar-se pelo total atendimento das especificações do objeto licitado. Se no momento da entrega do item, não houver atendimento ao especificado, este será recusado, e a empresa ficará sujeita às penalidades previstas neste edital de embasamento;
- XI. Estar rigorosamente de acordo com o solicitado, sem a presença de manchas de umidade, bolor, fungos, isenta de qualquer tipo de sujidade;
- XII. Substituir em até 05 (cinco) dias úteis, os itens que apresentarem deformidades ou desconformidades;
- XIII. A CONTRATADA não poderá em hipótese alguma terceirizar qualquer etapa da confecção e fornecimento dos serviços.

Principais Obrigações do CONTRATANTE:

- I. Acompanhar, fiscalizar, controlar e gerenciar o contrato através do gestor indicado, ficando também responsável pelo Atesto das Faturas/Notas Fiscais oriundas do objeto licitado;
- II. Prestar as informações e os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

PROJETO BÁSICO

III. Enviar a CONTRATADA, através do portal e-compras, empenho que determina a liberação da compra, ressalvadas hipóteses excepcionais em situações de urgência.

Forma de contratação pretendida:

Licitação por:

() Concorrência Pública () Pregão () Tomada de Preços () Carta Convite
(X) Dispensa de Licitação () Inexigibilidade de Licitação

Justificativa para a forma de contratação apontada:

Amparada pelo Art. 29, inciso II, da Lei 13.303/2016.

DAVIDSON JOSÉ MOULEPES

Matrícula n.º 81.599